



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141473 - PR (2021/0013488-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : FERNANDO DO NASCIMENTO QUEIROZ (PRESO)  
**ADVOGADO** : HENRIQUE LUIZ GARCIA DOZZO E OUTRO(S) - SP087477  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em habeas corpus com pedido de liminar interposto por FERNANDO DO NASCIMENTO QUEIROZ contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0063562-64.2020.8.16.0000).

O recorrente está preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o insurgente inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura, com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 638.056/PR.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.*

*Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência